

Relatório Anual 2016

**Cooperativa de Crédito e Investimento de
Livre Admissão Nossa Terra - Sicredi Nossa
Terra PR/SP**

**Diretoria Executiva de Administração e Finanças
Superintendência de Operações Administrativas
Gerência de Controladoria**



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos, em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Nossa Terra - Sicredi Nossa Terra PR/SP relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Plano de Negócios

A Cooperativa elaborou o plano de negócio e estudo de viabilidade econômica com vistas à ampliação da área de atuação, em conformidade com o disposto no artigo 12 da Res. CMN nº 4.434.

Informamos que as premissas constantes no plano de negócios e estudo de viabilidade econômica encaminhados ao Banco Central não foram alcançadas na totalidade, conforme demonstrado na planilha abaixo:

Dados	Estimado	Realizado
Associados	19.679	24.380
Carteira de Crédito *	208.536	223.414
Depósitos	198.083	290.625
Patrimônio Líquido	90.477	81.278
Capital	33.285	46.737
Resultado Antes das Destinações	13.568	10.005
Rentabilidade do PL	15,00%	12,31%

valores em milhares de Reais

* Saldo reduzido das provisões para operações de crédito.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Nossa Terra - Sicredi Nossa Terra PR/SP
CNPJ/MF nº 81.192.106/0001-36

ATIVO		31/12/2016	31/12/2015 (Representado)	PASSIVO		31/12/2016	31/12/2015
CIRCULANTE		401.806	339.302	CIRCULANTE		180.280	158.173
DISPONIBILIDADES	(NOTA 04)	4.871	4.911	DEPÓSITOS	(NOTA 11)	78.852	70.570
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		212.623	188.421	Depósitos à Vista		69.681	50.613
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		1	5	Depósitos a Prazo		9.171	19.957
Tesouro Nacional-Recursos Crédito Rural		-	291	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		79.020	68.490
Correspondentes no país		116	165	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		4	1
Centralização Financeira - Cooperativas	(NOTA 04)	212.506	187.960	Repasses Interfinanceiros	(NOTA 12)	79.016	68.489
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 06)	172.688	136.412	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS		274	372
Operações de Crédito		180.881	142.033	Recursos em Trânsito de Terceiros		274	372
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Dúvida)		(8.193)	(5.621)	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO	(NOTA 13)	4.324	5.572
OUTROS CRÉDITOS		10.334	8.326	Empréstimos País - Outras Instituições		4.324	5.572
Créditos por Avais e Fianças Honrados		94	34	OUTRAS OBRIGAÇÕES		17.810	13.169
Rendas a Receber		1.168	1.732	Cobrança e Arrecadação de Tributos		62	69
Diversos	(NOTA 07)	9.162	6.657	Sociais e Estatutárias		1.258	1.045
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Dúvida)		(90)	(97)	Fiscais e Previdenciárias		582	464
OUTROS VALORES E BENS	(NOTA 08)	1.290	1.232	Diversas	(NOTA 14)	15.908	11.591
Outros Valores e Bens		1.269	1.219				
(Provisão para desvalorização)		(3)	-				
Despesas Antecipadas		24	13				
NÃO CIRCULANTE		79.997	71.336	NÃO CIRCULANTE		220.245	181.506
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		51.015	48.706	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		220.245	181.506
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	(NOTA 05)	289	2.400	DEPÓSITOS	(NOTA 11)	211.773	169.889
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		289	2.400	Depósitos a Prazo		211.773	169.889
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 06)	50.726	46.206	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	(NOTA 12)	1.302	3.697
Operações de Crédito		56.589	49.802	Repasses Interfinanceiros		1.302	3.697
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Dúvida)		(5.863)	(3.596)	OUTRAS OBRIGAÇÕES	(NOTA 14)	7.170	7.920
OUTROS CRÉDITOS	(NOTA 07)	-	100	Diversas		7.170	7.920
Diversos		-	100				
PERMANENTE		28.982	22.630	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		81.278	70.959
INVESTIMENTOS	(NOTA 09)	14.547	11.811	CAPITAL SOCIAL	(NOTA 16)	46.737	41.037
Outros Investimentos		14.547	11.811	De Domiciliados no País		47.196	41.415
IMOBILIZADO DE USO	(NOTA 10)	12.435	9.151	(Capital a Realizar)		(459)	(378)
Imóveis de Uso		3.200	2.150	RESERVAS DE SOBRAS		32.726	28.240
Outras Imobilizações de Uso		12.998	9.890				
(Depreciação acumulada)		(3.763)	(2.889)	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		1.815	1.682
INTANGÍVEL	(NOTA 10)	2.000	1.668				
Outros Ativos Intangíveis		3.343	2.720				
(Amortização acumulada)		(1.343)	(1.052)				
TOTAL DO ATIVO		481.803	410.638	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		481.803	410.638

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Nossa Terra - Sicredi Nossa Terra PR/SP
CNPJ/MF nº 81.192.106/0001-36

Descrição das contas	01/07/2016 a 31/12/2016 (Não Auditado)			01/01/2016 a 31/12/2016			01/01/2015 a 31/12/2015 (Reapresentado)		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	27.773	-	27.773	51.141	-	51.141	37.044	-	37.044
Operações de Crédito	27.423	-	27.423	50.295	-	50.295	36.973	-	36.973
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	346	-	346	826	-	826	44	-	44
Resultado das Aplicações Compulsórias	4	-	4	20	-	20	27	-	27
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(23.121)	(238)	(23.359)	(45.017)	(427)	(45.444)	(35.429)	(406)	(35.835)
Operações de Captação no Mercado	(14.258)	(14)	(14.272)	(27.564)	(25)	(27.589)	(23.255)	(24)	(23.279)
Operações de Empréstimos e Repasses	(3.232)	(224)	(3.456)	(6.852)	(402)	(7.254)	(5.530)	(382)	(5.912)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(5.631)	-	(5.631)	(10.601)	-	(10.601)	(6.644)	-	(6.644)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	4.652	(238)	4.414	6.124	(427)	5.697	1.615	(406)	1.209
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	357	1.654	2.011	1.415	3.000	4.415	4.065	3.518	7.583
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	2.232	2.806	5.038	4.383	5.207	9.590	3.348	4.352	7.700
Rendas de Tarifas Bancárias	1.698	-	1.698	3.047	-	3.047	1.773	1	1.774
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(7.712)	(531)	(8.243)	(14.947)	(884)	(15.831)	(11.891)	(811)	(12.702)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	(6.904)	(647)	(7.551)	(13.495)	(1.129)	(14.624)	(10.749)	(1.007)	(11.756)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(26)	(142)	(168)	(85)	(264)	(349)	(50)	(221)	(271)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 20)	15.949	368	16.317	30.186	386	30.572	27.146	1.539	28.685
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 21)	(4.880)	(200)	(5.080)	(7.674)	(316)	(7.990)	(5.512)	(335)	(5.847)
RESULTADO OPERACIONAL	5.009	1.416	6.425	7.539	2.573	10.112	5.680	3.112	8.792
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(137)	(12)	(149)	(98)	(9)	(107)	123	(24)	99
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	4.872	1.404	6.276	7.441	2.564	10.005	5.803	3.088	8.891
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	311	311	-	-	-	-	-	-
Provisão para Imposto de Renda	-	179	179	-	-	-	-	-	-
Provisão para Contribuição Social	-	132	132	-	-	-	-	-	-
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	4.872	1.715	6.587	7.441	2.564	10.005	5.803	3.088	8.891
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	2.564	(2.564)	-	3.088	(3.088)	-
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	4.872	1.715	6.587	10.005	-	10.005	8.891	-	8.891
DESTINAÇÕES	-	-	-	(8.190)	-	(8.190)	(7.209)	-	(7.209)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(3.401)	-	(3.401)	(2.996)	-	(2.996)
Fates - Estatutário	-	-	-	(303)	-	(303)	(281)	-	(281)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(3.932)	-	(3.932)	(3.645)	-	(3.645)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(554)	-	(554)	(287)	-	(287)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	1.815	-	1.815	1.682	-	1.682

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 (Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Nossa Terra - Sicredi Nossa Terra PR/SP
CNPJ/MF nº 81.192.106/0001-36

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2015	35.301	24.307	2.293	61.901
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	2.286	-	(2.286)	-
Outras destinações	-	-	(7)	(7)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	1.501	-	-	1.501
Baixas de capital	(998)	-	-	(998)
Resultado do período	-	-	8.891	8.891
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(280)	(280)
Reserva Legal - Estatutária	-	3.645	(3.645)	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.947	-	(2.996)	(49)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	288	(288)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2015	41.037	28.240	1.682	70.959
Mutações do Período	5.736	3.933	(611)	9.058
Saldos no início do período em 01/01/2016	41.037	28.240	1.682	70.959
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	1.664	-	(1.664)	-
Outras destinações	-	-	(18)	(18)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	1.843	-	-	1.843
Baixas de capital	(1.157)	-	-	(1.157)
Resultado do período	-	-	10.005	10.005
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(303)	(303)
Reserva Legal - Estatutária	-	3.932	(3.932)	-
Juros sobre o Capital Próprio	3.350	-	(3.401)	(51)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	554	(554)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2016	46.737	32.726	1.815	81.278
Mutações do Período	5.700	4.486	133	10.319
Saldos no início do período em 01/07/2016 (Não auditado)	42.848	28.240	3.418	74.506
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	1.003	-	-	1.003
Baixas de capital	(464)	-	-	(464)
Resultado do período	-	-	6.587	6.587
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(303)	(303)
Reserva Legal - Estatutária	-	3.932	(3.932)	-
Juros sobre o Capital Próprio	3.350	-	(3.401)	(51)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	554	(554)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2016	46.737	32.726	1.815	81.278
Mutações do Período	3.889	4.486	(1.603)	6.772

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Nossa Terra - Sicredi Nossa Terra PR/SP
CNPJ/MF nº 81.192.106/0001-36

	01/07/2016 a 31/12/2016 (Não Auditado)	01/01/2016 a 31/12/2016	01/01/2015 a 31/12/2015 (Reclassificado)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	9.668	16.392	11.414
Resultado do semestre/exercício	6.587	10.005	8.891
AJUSTES AO RESULTADO DO EXERCÍCIO	3.081	6.387	2.523
(Reversão) Provisão para operações de crédito	2.705	4.839	1.686
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros valores e bens	3	3	-
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	(16)	(7)	51
Depreciação do imobilizado de uso	659	1.250	942
Amortização do intangível	159	291	242
Baixas do ativo permanente	219	230	124
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	6	(6)	9
Destinações ao FATES	(303)	(303)	(280)
Dividendos SicrediPar	(351)	90	(251)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	12.220	15.621	7.675
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	10.005	2.112	(2.400)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	2.649	4	3
(Aumento) Redução em créditos vinculados	29	291	(159)
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	19	48	14
(Aumento) Redução em operações de crédito	(25.163)	(45.635)	(19.563)
Aumento (Redução) em relações interfinanceiras passivas	(719)	8.135	3.306
(Aumento) Redução em outros créditos	(694)	(1.990)	(1.281)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	191	(62)	(883)
Aumento (Redução) em depósitos	23.083	50.167	25.386
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	(1.206)	(98)	14
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	240	(1.248)	138
Absorção de dispêndios pelo FATES	(261)	(281)	(382)
(Redução) Aumento em outras obrigações	4.047	4.178	3.482
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	21.888	32.013	19.089
Aquisição de Investimentos	-	(2.736)	(172)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(2.178)	(4.764)	(3.771)
Aplicações no Intangível	(127)	(624)	(805)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(2.305)	(8.124)	(4.748)
Integralização de capital	1.003	1.843	1.501
Baixa de capital	(464)	(1.157)	(998)
Juros ao capital próprio	(51)	(51)	(49)
Distribuição de Sobras	-	(18)	(7)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	488	617	447
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	20.071	24.506	14.788
Caixa e equivalente de caixa no início do período	197.306	192.871	178.083
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	217.377	217.377	192.871

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
 (EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Nossa Terra - Sicredi Nossa Terra PR/SP ("Cooperativa"), é uma cooperativa de crédito singular, filiada à Cooperativa Central de Crédito e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 07/10/1988 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2016, está organizado por 118 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.523 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas, ou qualquer outra utilização específica. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.041/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 05, 10, 23, 24 e 25), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

As informações apresentadas em 2015 na Nota 09, referentes aos valores do Lucro Líquido do Exercício e Patrimônio Líquido da Sicredi Participações S.A., bem como o valor de Lucro Líquido do Exercício da Sicredi Fundos Garantidores, foram reapresentados devido as alterações sofridas após a publicação das Demonstrações Financeiras da Cooperativa.

Visando permitir a adequada análise da posição patrimonial e financeira da Cooperativa, a partir deste exercício, serão apresentados no Balanço Patrimonial e na nota explicativa de Outros Créditos Diversos rubrica de Adiantamentos para pagamentos de nossa conta, os valores referentes aos projetos de investimento em tecnologia segregados em circulante e realizável a longo prazo, assim como a apresentação retrospectiva dos valores. A segregação foi efetuada com base no prazo de encerramento dos projetos em andamento. Com isso certos valores das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 estão sendo reapresentados.

Além dos valores acima, foram reapresentados para melhor compreensão e para fins de comparação da Demonstração de Sobras ou Perdas de 2015 e 2016, os valores referentes as rendas de tarifas bancárias, bem como a alocação das aplicações interfinanceiras de liquidez no grupo de Atividades Operacionais na Demonstração do Fluxo de Caixa, conforme demonstrados no quadro abaixo:

	2015 Original	Valor ajustado em 2015	2015 Reapresentado
BALANÇO PATRIMONIAL			
Ativo circulante	339.342	(40)	339.302
OUTROS CRÉDITOS	8.366	(40)	8.326
Diversos	6.697	(40)	6.657
Ativo Não circulante	71.296	40	71.336
OUTROS CRÉDITOS	60	40	100
Diversos	60	40	100
DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS			
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	7.583	-	7.583
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	7.806	(106)	7.700
Rendas de Tarifas Bancárias	1.668	106	1.774
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA			
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	10.075	(2.400)	7.675
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	21.489	(2.400)	19.089
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(7.148)	2.400	(4.748)

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em 20 de fevereiro de 2017.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídos na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

e) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização (“accrual”) das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas apropriar. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas apropriar.

h) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota “Imobilizado de Uso e Intangível”, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

j) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logícias, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota “Imobilizado de Uso e Intangível”.

k) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

l) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

m) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas apropriar.

n) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSL limitados a 30% do lucro tributável.

o) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

p) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2016	2015
Disponibilidades	4.871	4.911
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	212.506	187.960
Total	217.377	192.871

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média equivale a 99,60 % do CDI.

NOTA 05 - APlicações INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2016	2015
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	289	2.400
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	289	2.400
Total realizável a longo prazo	289	2.400

NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2016			2015	
	Circulante	Não Circulante	Total	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	92.779	45.822	138.601	100.844	
Financiamentos	8.165	9.436	17.601	18.131	
Financiamentos rurais e agroindustriais	79.937	1.331	81.268	72.860	
Carteira total	180.881	56.589	237.470	191.835	

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2016			2015	
	Circulante	Não Circulante	Total	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	94	-	94	34	
Devedores por compra de valores e bens	60	-	60	120	
Títulos e créditos a receber (i)	6.676	-	6.676	4.908	
Total	6.830	-	6.830	5.062	

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito	
		2016	2015	2016	2015
Nível A	0,50	153.264	117.655	766	588
Nível B	1,00	38.028	45.565	380	456
Nível C	3,00	19.961	14.107	599	423
Nível D	10,00	13.286	8.848	1.329	886
Nível E	30,00	7.883	2.907	2.366	873
Nível F	50,00	5.904	2.962	2.953	1.482
Nível G	70,00	736	824	515	577
Nível H	100,00	5.238	4.029	5.238	4.029
Total (i)		244.300	196.897	14.146	9.314

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	Vencidas a partir de 15 dias	2016			2015	
		A vencer			Total da Carteira	Total da Carteira
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	2.445	23.651	37.292	31.351	94.739	74.209
Rural	173	4.205	75.559	1.331	81.268	72.860
Industrial	133	1.771	1.981	4.559	8.444	4.175
Comércio	1.152	13.009	11.917	10.672	36.750	26.272
Outros Serviços	503	6.667	7.253	8.676	23.099	19.381
Total	4.406	49.303	134.002	56.589	244.300	196.897

d) Concentração das operações de crédito

	2016	%	2015	%
10 maiores devedores	32.193	13,18	16.296	8,28
50 devedores seguintes	45.353	18,56	35.380	17,97
100 devedores seguintes	35.087	14,36	29.000	14,73
Demais	131.667	53,90	116.221	59,03
Total	244.300	100	196.897	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2016	2015
Saldo inicial	9.314	7.577
Constituição de provisão	10.601	6.644
Movimentação de baixados para prejuízo	(5.769)	(4.907)
Saldo final	14.146	9.314

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 1.184 (2015 - R\$ 836), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 7.253 (2015 - R\$ 10.799).

NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2016	2015 (Reapresentado)
Adiantamentos e antecipações salariais	90	30
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	1.096	819
Devedores por compra de valores e bens	60	60
Devedores por depósitos em garantia	87	19
Impostos e contribuições a compensar (ii)	565	501
Títulos e créditos a receber	6.676	4.908
Valores honrados	42	26
Operações com cartões	18	18
Pendências a regularizar	19	128
Outros	509	148
Total Circulante	9.162	6.657
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	-	40
Devedores por compra de valores e bens	-	60
Total realizável a longo prazo	-	100

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas. Os valores estão segregados em Circulante e Realizável a Longo Prazo conforme mencionado na Nota 2.

(ii) Refere-se basicamente ao processo administrativo transitado em julgado, cuja a decisão do STF pela constitucionalidade da cobrança do INSS patronal nos serviços prestados por Cooperativa de Trabalho, a favor da Cooperativa. A estimativa de compensação é de 8 meses após a habilitação do crédito junto a Receita Federal.

NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS

	2016	2015
Bens não de uso próprio	1.269	1.219
Imóveis	1.129	1.150
Veículos e afins	36	24
Bens em regime especial	104	45
Despesas antecipadas	24	13
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(3)	-
Total Circulante	1.290	1.232

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 3 (2015 - R\$ 0,00) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 09 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2016	2015
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	6.776	6.065
Sicredi Participações S.A.	7.770	5.745
Outras Participações e Investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Total	14.547	11.811

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2016	2015 (Reapresentado)	2016	2015 (Reapresentado)	2016	2015
Número de ações/quotas possuídas	2.515.736 ON	1.859.106 ON	1	1	6.776.047	6.064.699
	5.254.062 PN	3.886.084 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,89%	0,71%	0,63%	0,72%	4,26%	3,92%
Capital social	869.279	804.351	165	138	159.866	154.526
Patrimônio líquido	911.739	859.843	204.709	193.717	161.330	155.966
Lucro líquido do exercício	41.442	62.381	10.965	3.676	-	-
Valor do investimento	7.770	5.745	1	1	6.776	6.065

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2016		2015	
		Custo corrigido	Depreciação/ Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	16.198	(3.763)	12.435	9.151
Imobilizações em curso	-	802	-	802	395
Terrenos	-	3.200	-	3.200	2.150
Instalações	10%	5.516	(1.335)	4.181	3.237
Móveis e equipamentos de uso	10%	3.562	(1.013)	2.549	2.021
Sistema de comunicação	10%	67	(25)	42	42
Sistema de processamento de dados	20%	2.467	(1.190)	1.277	1.081
Sistema de segurança	10%	175	(93)	82	105
Sistema de transporte	20%	409	(107)	302	120
Intangível (i)	5% a 15%	3.343	(1.343)	2.000	1.668
Investimentos Confederação		3.343	(1.343)	2.000	1.668
Total		19.541	(5.106)	14.435	10.819

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 11 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2016				Total
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	
Depósitos à vista	69.681	-	-	69.681	50.613
Depósitos a prazo	5.133	4.038	211.773	220.944	189.846
Total	74.814	4.038	211.773	290.625	240.459

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCIEROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2016	2015
Recursos do Crédito Rural	79.016	68.489
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	79.016	68.489
Total circulante	79.016	68.489

Recursos do Crédito Rural	1.302	3.697
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	1.302	3.697
Total exigível a longo prazo	1.302	3.697

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa de até 9,5% a.a. com vencimentos até 20/02/2019, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2016	2015
Empréstimos no país - outras instituições	4.324	5.572
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	4.324	5.572
Total circulante	4.324	5.572

As obrigações por empréstimos operam com uma taxa de 0,04% a.m. com vencimento em 22/03/2017.

NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2016	2015
Cheques administrativos	2.348	1.740
Obrigações por convênios oficiais	2	3
Provisão para pagamentos a efetuar	3.099	2.693
Provisão para passivos contingentes (Nota 15)	6	12
Provisão para coobrigações (i)	1.532	1.098
Juros dívida subordinada (ii)	738	-
Pendências a regularizar	4	140
Operações com cartões	6.227	4.540
Demais fornecedores	1.216	368
Credores diversos	736	997
Total circulante	15.908	11.591
Principal dívida subordinada (ii)	7.170	7.920
Total exigível a longo prazo	7.170	7.920

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

(ii) As dívidas subordinadas elegíveis a capital refere-se a contratos de mútuo com cláusula de subordinação firmados em março de 2013 com vencimento em dezembro de 2021 pela Cooperativa e o Banco Cooperativo Sicredi com o objetivo de alavancar as operações de crédito, possui taxa anual de 158,5% do CDI, pagos semestralmente"

NOTA 15 – PASSIVOS CONTINGENTES

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2016	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2016
Cível	12	6	(12)	6
Total	12	6	(12)	6

Natureza	Probabilidade de perda	2016	2015
Cível	Provável	6	12
Total		6	12

Em 31 de dezembro de 2016, a Cooperativa possuía também processos de natureza Cível, Tributária e Trabalhista, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 99, R\$ 3 e R\$ 0,00 (2015 - R\$ 109, R\$ 3 e R\$ 30), respectivamente.

NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2016	2015
Capital Social	46.737	41.037
Total de associados	24.380	21.455

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 5.700 (2015 – R\$5.736), sendo R\$ 5.014 (2015 – R\$ 5.233) via integralização de resultados e R\$ 1.843 (2015 – R\$ 1.501), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 1.157 (2015 – R\$ 998).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Nossa Terra - Sicredi Nossa Terra PR/SP, efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 8% em Conta Capital, no montante de R\$ 3.401, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Nossa Terra - Sicredi Nossa Terra PR/SP, destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 65% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

NOTA 17 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2016	2015
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos iuros sobre capital próprio	10.005	8.891
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(4.202)	(3.734)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos fiscais	-	-
Provisão resgate milhas cartão	4	32
Provisão de PPR	4	15
Receita com atos cooperativos	3.125	2.321
Juros sobre o capital próprio	1.428	1.198
Efeito de alteração da alíquota de CSLL	-	167
Outros	(359)	1
Subtotal	4.202	3.734
IRPJ e CSLL registrados no resultado	-	-

NOTA 18 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2016	2015
Ativo		
Disponibilidades (Nota 04)	-	3
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	289	2.400
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	212.506	187.960
Outros Créditos - Rendas a receber	585	1.099
Outros Créditos - Diversos (Nota 07)	1.534	895
Investimentos (Nota 09)	14.547	11.811
Intangível (Nota 10)	2.000	1.668
Passivo		
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 12)	80.318	72.186
Obrigações por empréstimos (Nota 13)	4.324	5.572
Outras Obrigações - Diversas (Nota 14)	6.141	4.498
Principal e juros dívida subordinada (Nota 14)	7.908	7.920
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	826	44
Ingressos e receitas Prestação de Serviços	3.916	77
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 20)	28.075	25.932
Despesas		
Operações de Empréstimos e Repasses	7.254	5.912
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	693	520
Outros Dispêndios Despesas Operacionais (Nota 21)	4.672	4.316

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2016	% em relação ao total	2015
Depósitos à vista	161	0,23%	211
Depósitos a prazo	1.240	0,56%	628
Operações de crédito	1.751	0,74%	1.091

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2016	2015
Pessoas chave da administração	2.285	1.064

NOTA 19 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Este item na demonstração de sobras apresenta montante de R\$ 14.624 (2015 - R\$ 11.756), refere-se as seguintes despesas: serviços do sistema financeiro, alugueis, serviços de terceiros (transporte de numerários, vigilância e manutenção), relações públicas e publicidade, além de outras despesas administrativas.

NOTA 20 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2016	2015
Recuperação de encargos e despesas	841	1.097
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	27.138	24.721
Reversão de provisões operacionais	1.916	822
Outras rendas operacionais	677	2.045
Total	30.572	28.685

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 21 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2016	2015
Descontos concedidos em renegociação	273	275
Contribuição O.C.E.	175	162
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	721	393
Contribuição Confederação Sicredi	2.881	2.733
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	589	768
Contribuição Sureg	-	17
Encargos da administração financeira	148	165
Repasse Administradora de Cartões	330	238
Outras provisões operacionais	1.956	356
Outras despesas operacionais	917	740
Total	7.990	5.847

NOTA 22 – COOBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2016	2015
Beneficiários de garantias prestadas (i)	108.393	113.432
Total	108.393	113.432

(i) Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 23 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado, o de liquidez e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

O processo de gerenciamento do risco operacional no Sicredi é um conjunto de ações que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição individualmente, o conglomerado, bem como as demais empresas – não financeiras, estão expostas. Os processos adotados podem ser resumidos em:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

O estabelecimento e disseminação das diretrizes, ferramentas e metodologias relativas ao risco operacional para todo Sistema está centralizada na Superintendência de Riscos e Economia do Banco Cooperativo Sicredi, subordinada à Diretoria de Recursos de Terceiros, Riscos e Economia. No que tange a responsabilidade pelo gerenciamento da disciplina, a estrutura é descentralizada, ou seja, cada entidade do Sistema deve indicar um diretor responsável perante o Banco Central.

II - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do risco de mercado.

O gerenciamento do risco de mercado do Sistema está centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, sob responsabilidade da Gerência de Risco de Mercado, Liquidez e Alocação de Capital, subordinada à Diretoria Executiva de Recursos de Terceiros, Riscos e Economia.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Limites operacionais que definam a tolerância ao risco de mercado das Entidades do Sistema em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das Entidades do Sistema.

III - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do risco liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competente de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- Estabelecimento de limites operacionais para manutenção de níveis adequados e suficientes de liquidez;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

IV - Alocação de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competente de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimo legal e que refletem o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada entidade do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistematicamente.

O gerenciamento do risco de crédito nas instituições financeiras é regulado pela Resolução CMN nº 3.721/09 e a estrutura estabelecida pelo Sicredi está em conformidade com o referido normativo.

VI- Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do sitio www.sicredi.com.br, no caminho “Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos”.

NOTA 24 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2016	2015
O capital qualificado de Nível I pode ser detalhado conforme segue:	80.338	70.523
Capital principal - CP	80.338	70.523
Reservas de capital, reavaliação e de lucros	32.726	28.240
Lucros acumulados	1.815	1.682
Ajuste prudencial II - ativos intangíveis a partir de outubro 2013	940	436
O capital qualificado de Nível II pode ser detalhado conforme segue:	6.326	7.920
Ativo classificado como dívida subordinada	6.326	7.920
Total do capital qualificado	86.664	78.443
Ativos ponderados pelo risco + RBAN	43.447	37.219
Índice sobre o PR considerando a RBAN	20,94%	22,13%
Situação para o limite de imobilização	13.496	10.384
Índice de imobilização (limite 50%)	15,57%	13,24%

NOTA 25 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2016, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

Davi de Oliveira Fonseca Rodrigues
Diretor Executivo
CPF: 302.257.308-12

Antonio Alberto Soares
Diretor de Operações
CPF: 025.534.939-40

Rodrigo Luis Mancuso da Cruz
Contador
CRC: RS-071614/O-8
CPF: 961.880.300-72

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Cafelândia / PR, 21 de fevereiro de 2017.

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Nossa Terra - Sicredi Nossa Terra PR/SP e no exercício das atribuições legais e estatutárias, examinamos as Demonstrações Contábeis compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações de Sobras ou Perdas, e demais demonstrativos, documentos estes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Pelas políticas de Governança adotadas pela Cooperativa e com base nos nossos exames, nos relatórios disponibilizados pela auditoria interna, relatórios de supervisão disponibilizados pela Central Sicredi PR/SP/RJ, somos de parecer favorável a aprovação das mencionadas demonstrações.

Joedir Francisco de Re
Conselheiro

Alex Sandro Jahns
Conselheiro

Paulo Oenning
Conselheiro



Centro Empresarial Mostardeiro
Av. Mostardeiro, 322
10º andar – Moinhos de Vento
90430-000 – Porto Alegre, RS, Brasil
Tel: +55 51 3204-5500
Fax: +55 51 3204-5699
www.ey.com

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Nossa Terra - Sicredi Nossa Terra
PR/SP
Cafelândia - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Nossa Terra - Sicredi Nossa Terra PR/SP ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Nossa Terra - Sicredi Nossa Terra PR/SP em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Auditoria dos valores correspondentes a 31 de dezembro de 2015

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores que emitiram relatório datado de 4 de fevereiro de 2016, que não continha qualquer modificação.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

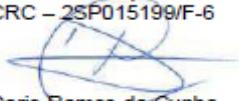
Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 24 de fevereiro de 2017

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/F-6


Dario Ramos da Cunha
Contador CRC – 1SP214144/O-1